

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91(CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CT-INDÚSTRIA: CÂMARA TÉCNICA DE USO E CONSERVAÇÃO DA ÁGUA NA INDÚSTRIA Ata da 110ª Reunião Ordinária da CT-Indústria – 08/04/2026 - 9h00 Reunião por videoconferência – Google Meet

Membros presentes	
Entidade	Representante
AEEAV	Mário Antonio Masteguin (T)
ArcelorMittal	Thais Soares de Campos (T)
ASSEMAE	Ana Luiza Maziviero (T)
	Rodrigo Cesar de Moraes Monteiro (S)
	Tarciani Benedita Baia Santos (S)
Cetrel	Álvaro Diogo Sobral Teixeira (S)
	Claudia Suplicy Romero de Assumpção (S)
CIESP – DR Campinas	Jorge Antonio Mercanti (T)
DAE Jundiáí	Rodrigo de Almeida Marçal (T)
Elogi Soluções Ambientais	Luiz Fernando Nespeque Furtado (T)
	Guilherme Augusto Schardong Morete (S)
FIESP	Jorge Antonio Mercanti (S)
IPEL	William Barroso (S)
IPSA-C	Alexandre José Medeiros (T)
Oji Papéis	João Luis Duarte (T)
	Tatiane Alessandra Sudário (S)
P.M. de Campinas	Frederico Romaro Bernardi Rodrigues de Almeida (S)
P.M. de Limeira	Jonathan Rafael Meckale (T)
	Ramon Marques de Carvalho (S)
REPLAN	Deivid Lucas dos Santos Migueleti (T)
	Priscila Miranda Figueira (S)
SANASA	Frederico Romaro Bernardi Rodrigues de Almeida (T)
	Ana Luiza Maziviero (S)
	Rodrigo Cesar de Moraes Monteiro (S)
	Tarciani Benedita baia Santos (S)
SIMESPI	Tatiana Delgado de Souza Koroiva (T)
UNICA	Bartira Elia (S)

Membros ausentes	
Entidade	
CMR	
Dedini S/A	
Miracema Nuodex	
P.M. de Itatiba	
P.M. de Piracicaba	
Química Amparo Ltda	
Rhodia	
SABESP	
SAEAN	

Entidades ausentes com justificativa	
Entidades	
Consórcio PCJ	

Demais presentes	
Entidade	Representante
Agência PCJ	Camila Costa de Souza
	Gabriel Sobreira
	Ingrid Pavan
	Leonardo Lucas Baumgratz
	Raquel Quirino
	Rebeca Silva
	Rosa Cardoso
Consórcio PCJ (JVPCJ)	Vanessa Longato
	Miguel Antunes Santos
	Ruan Pablo Vanin Alburquerque
DAE Santa Bárbara D'Oeste	Flamarion Stefano Cabral
Município de Jundiáí	Massao Okazaki
P.M. de Campinas/SECLIMAS	Ângela Guirao
	Geraldo Ribeiro de Andrade Neto
	Juliano Braga
	Marcela Cristiane Pupin
P.M. de Paulínia	Vitor Moraes Ribeiro
	Elaine Crespim

(T) – Titular (S) – Suplente (C) – Convidado

Aos oito dias do mês de abril de 2026, realizou-se por meio de videoconferência na plataforma *Google Meet*, a 110ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica de Uso e Conservação da Água na Indústria (CT-Indústria) dos Comitês PCJ. **1. Pauta:** A pauta e a convocação da reunião foram enviadas aos membros por meio de mensagem eletrônica, em 01 de abril de 2026. **2. Abertura da 110ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica de Uso e Conservação da Água na Indústria:** A abertura da reunião foi realizada pelo Sr. Jorge Antônio Mercanti, coordenador da CT-Indústria e representante do Centro das Indústrias do Estado de São Paulo – Diretoria Regional de Campinas (CIESP-DR Campinas) e da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), que cumprimentou os participantes e agradeceu a presença de todos e informou a existência de quórum para o início da reunião. O Sr. Jorge, explicou que a pauta da reunião foi enviada junto a convocação, conforme prazo regimental. **3. Aprovação da minuta de**



CT-INDÚSTRIA: CÂMARA TÉCNICA DE USO E CONSERVAÇÃO DA ÁGUA NA INDÚSTRIA

Ata da 110ª Reunião Ordinária da CT-Indústria – 08/04/2026 - 9h00

Reunião por videoconferência – *Google Meet*

Ata da 109ª Reunião Ordinária da CT-Indústria, realizada em 11/02/26, por videoconferência: O Sr. Jorge Mercanti informou que foi feito o envio aos membros da minuta de ata da reunião anterior, por mensagem eletrônica junto da convocação, conforme prazo regimental. Na sequência, questionou a necessidade de leitura, sendo dispensada por todos. Também abriu espaço para manifestações sobre o conteúdo. Não havendo manifestações, submeteu aos membros para aprovação, sendo aprovada por unanimidade a minuta de ata da 109ª Reunião Ordinária da CT-Indústria. **4. Breve relato da situação do Sistema Cantareira e Bacias PCJ – Previsão Climática para os próximos meses:** O Sr. Jorge apresentou breve relato sobre a situação das Bacias PCJ no mês de março/2026, com base em dados meteorológicos, pluviométricos e climáticos atualizados, iniciando pelos dados de pluviometria do posto da REPLAN, unidade da PETROBRAS, no município de Paulínia/SP, ressaltando tratar-se de estação consolidada, com mais de 30 anos de operação contínua, série histórica consistente, equipamentos calibrados e praticamente sem interrupções de dados, sendo utilizada como referência comparativa para análise da climatologia regional. Informou que, considerando o período acumulado entre abril/2025 e março/2026, foram registrados aproximadamente 1342 mm (mil trezentos e quarenta e dois milímetros), valor muito próximo da média climatológica anual de 1353 mm (mil trezentos e cinquenta e três milímetros), indicando recuperação em relação a períodos anteriores mais secos, como o registrado em 2014. Comentou ainda que, ao comparar com a média de outros pluviômetros da região, observa-se comportamento semelhante, com variações pontuais, mas mantendo tendência de aproximação da média climatológica regional. Na sequência, apresentou análises do *Standardized Precipitation Index* (SPI), indicador utilizado para avaliação das condições de disponibilidade hídrica e umidade do solo. Explicou que valores abaixo de zero indicam condição de seca, enquanto valores acima de zero indicam maior disponibilidade hídrica, destacando que, embora os valores ainda se encontrem levemente abaixo da média histórica em alguns pontos monitorados, observa-se tendência de recuperação, especialmente em função das

precipitações registradas nos meses de fevereiro e março de 2026. Ressaltou que essa recuperação é relevante para a manutenção das vazões, uma vez que condições mais secas tendem a reduzir rapidamente o fluxo de base dos rios. Passando para a análise do Sistema Cantareira, o Sr. Jorge informou que a média climatológica anual da região de contribuição é de aproximadamente 1491 mm (mil quatrocentos e noventa e um milímetros), enquanto o acumulado observado no mesmo período recente foi da ordem de 1224 mm (mil duzentos e vinte e quatro milímetros), indicando que o sistema ainda se encontra abaixo da média histórica, apesar da melhora recente. Apresentou ainda dados do SPI da Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz” (ESALQ), cuja série histórica mais extensa indica condições já próximas ou ligeiramente acima da neutralidade, reforçando o cenário de recuperação recente. Quanto ao nível do Sistema Equivalente (inclui Paiva Castro), para o mês de março/2026, em termos operacionais, foi observado aumento das vazões de entrada no sistema, com contribuições naturais da ordem de 51,9 m³/s (cinquenta e um metros cúbicos e nove décimos por segundo), acrescidas de 6,4 m³/s (seis metros cúbicos e quatro décimos por segundo) provenientes da transposição da Bacia do Rio Paraíba do Sul, totalizando valores próximos a 58 m³/s (cinquenta e oito metros cúbicos por segundo), enquanto as saídas se mantiveram em patamar inferior, por volta de 30 m³/s (trinta metros cúbicos por segundo), possibilitando a elevação gradual do nível dos reservatórios. Ressaltou que, apesar dessa recuperação, o sistema ainda apresenta níveis inferiores aos observados em períodos médios históricos, embora com tendência de aproximação, especialmente em função das chuvas recentes, inclusive na Região Metropolitana de São Paulo, que influencia diretamente a operação integrada do sistema. Comentou ainda sobre a interdependência entre os sistemas produtores da Região Metropolitana de São Paulo, ressaltando que o desempenho de reservatórios como Guarapiranga e Alto Tietê influencia a operação do Cantareira, dada a gestão integrada dos sistemas de abastecimento. Prosseguindo, o Sr. Jorge apresentou a previsão meteorológica de curto prazo, com base em análises de cartas sinóticas, imagens de satélite e modelos numéricos, destacando a atuação de sistema de baixa pressão na região do Paraguai e a formação de



CT-INDÚSTRIA: CÂMARA TÉCNICA DE USO E CONSERVAÇÃO DA ÁGUA NA INDÚSTRIA

Ata da 110ª Reunião Ordinária da CT-Indústria – 08/04/2026 - 9h00

Reunião por videoconferência – *Google Meet*

ciclone extratropical na região Sul do país, com intensificação observada entre os dias 6 e 8 de abril de 2026. Explicou que esse sistema esteve associado à passagem de frente fria pelo Sudeste, trazendo umidade e condições favoráveis à ocorrência de precipitações na região das Bacias PCJ. Destacou que, com a passagem da frente fria, observa-se mudança na direção dos ventos, com predominância de ventos de sudeste, além de redução gradual das temperaturas e posterior estabilização das condições atmosféricas. Informou que os modelos meteorológicos indicam ocorrência de chuvas nos dias subsequentes, com tendência de diminuição temporária seguida de novos episódios de precipitação ao longo do período analisado. Apresentou ainda projeções de precipitação baseadas em modelos ensemble (mediana), com destaque para o modelo do Sistema de Tecnologia e Monitoramento Ambiental do Paraná (SIMEPAR), ressaltando que a mediana das simulações representa, em geral, o cenário mais provável. Indicou que as previsões apontam para ocorrência de chuvas moderadas nos dias seguintes, com posterior período de estabilidade e retomada de precipitações em horizontes mais longos, ainda que com maior incerteza associada. Foram também apresentados dados de previsão para pontos de controle como Jaguari, Atibaia e Captação Valinhos, utilizados para acompanhamento das vazões mínimas estabelecidas em outorga, destacando a importância dessas previsões para a gestão operacional do sistema. Comentou ainda que, durante os períodos de outono e inverno, as previsões meteorológicas tendem a apresentar maior assertividade em comparação às chuvas convectivas típicas do verão, em razão da maior estabilidade dos sistemas frontais. Na sequência, apresentou análise da previsão climática de médio e longo prazo, com base no monitoramento das anomalias de temperatura da superfície do mar na região *Niño* 3.4, no Pacífico Equatorial, indicador associado aos fenômenos *El Niño* e *La Niña*. Informou que as condições recentes indicam cenário de neutralidade climática, embora os modelos climáticos internacionais já apontem tendência de aquecimento gradual das águas superficiais do Pacífico Equatorial, especialmente na faixa próxima à costa da América do Sul. Apresentou projeções probabilísticas do *Climate Prediction Center* (CPC), da *National Oceanic and Atmospheric*

Administration (NOAA), bem como análises do International Research Institute for *Climate and Society* (IRI), da Universidade de Columbia, indicando aumento gradual da probabilidade de desenvolvimento do fenômeno *El Niño* ao longo dos próximos meses, especialmente a partir do trimestre junho/julho/agosto de 2026. Comentou que, embora os efeitos do fenômeno sobre a região Sudeste não apresentem comportamento totalmente padronizado, há tendência de elevação das temperaturas mínimas e intensificação dos processos de evapotranspiração, podendo influenciar o consumo de água e a dinâmica hidrológica regional. Com base em projeções de instituições internacionais, como o *International Research Institute for Climate and Society* (IRI), da Universidade de Columbia, bem como de instituições nacionais, como o Centro de Previsão de Tempo e Estudos Climáticos (CPTEC) e o Instituto Nacional de Meteorologia (INMET), destacou tendência de precipitações próximas ou ligeiramente acima da média para a região das Bacias PCJ nos próximos meses, incluindo o período de inverno, que tradicionalmente apresenta menores índices pluviométricos. Ressaltou que esse cenário pode contribuir para amenizar os efeitos da estiagem, reduzir riscos associados a incêndios florestais e favorecer a manutenção dos níveis dos reservatórios. Apresentou ainda projeções de temperatura, indicando tendência geral de valores acima da média climatológica em escala global, associada ao contexto de aquecimento observado nas últimas décadas, destacando que no Brasil, para a região Sudeste, a elevação das temperaturas mínimas pode impactar o aumento da demanda hídrica e intensificar processos de evaporação, influenciando a dinâmica dos mananciais. Comentou ainda que a ocorrência de precipitações mais frequentes durante o período seco pode contribuir para amenizar extremos de temperatura e favorecer a manutenção das condições hidrológicas regionais. Encerradas as explicações, o Sr. Jorge colocou-se à disposição para esclarecimentos e manifestações dos membros. Não havendo manifestações, deu seguimento a pauta. **5. Palestra: “Pagamento por Serviços Ambientais de Campinas: Histórico e Próximos Passos” – Secretaria do Clima, Meio Ambiente e Sustentabilidade de Campinas:** Na sequência, o Sr. Jorge deu as boas-vindas a Sra. Marcela Pupin, Secretária Adjunta da Secretaria

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CT-INDÚSTRIA: CÂMARA TÉCNICA DE USO E CONSERVAÇÃO DA ÁGUA NA INDÚSTRIA

Ata da 110ª Reunião Ordinária da CT-Indústria – 08/04/2026 - 9h00

Reunião por videoconferência – *Google Meet*

do Clima, Meio Ambiente e Sustentabilidade de Campinas (SECLIMAS), que iniciou sua apresentação contextualizando as ações do município no âmbito da agenda climática, destacando o Plano Local de Ação Climática (PLAC) como instrumento orientador para o desenvolvimento sustentável, com enfoque em baixo carbono, justiça climática e integração entre políticas públicas. Em sua fala, ressaltou a necessidade de articulação entre áreas urbanas e rurais, bem como o papel do engajamento da sociedade para o atingimento das metas ambientais, indicando o Pagamento por Serviços Ambientais (PSA) como instrumento relevante para indução de boas práticas e fortalecimento das políticas públicas. Na sequência, o Sr. Geraldo Ribeiro de Andrade Neto (SECLIMAS), apresentou o histórico do PSA em Campinas/SP, instituído em 2015 e regulamentado inicialmente por meio do PSA-Água, destacando sua origem no contexto da crise hídrica de 2014 e sua evolução ao longo dos anos. Durante a apresentação, detalhou a estrutura do programa e sua integração com os planos municipais ambientais e os instrumentos de gestão e financiamento, como o Fundo Municipal de Meio Ambiente, o Banco de Áreas Verdes e a Junta Administrativa de Valoração Ambiental, além da atuação do Conselho Diretor do PSA. Abordou também o funcionamento do programa junto às propriedades rurais, com adesão voluntária, definição de metas, acompanhamento técnico periódico e pagamento condicionado ao desempenho ambiental, ressaltando os desafios relacionados ao monitoramento à garantia da efetividade das ações. Foram apresentados resultados do PSA-Água, incluindo propriedades atendidas, ações de recuperação ambiental e implantação de sistemas de saneamento rural, além do apoio técnico como componente essencial do programa. Na continuidade, destacou-se a intenção do município de avançar na regulamentação de novas modalidades de PSA, especialmente voltadas ao carbono, com foco na conservação florestal e na compensação de emissões. Complementarmente, o Sr. Vítor Moraes Ribeiro (SECLIMAS) apresentou os principais elementos do Plano Local de Ação Climática, incluindo seus eixos estratégicos, a avaliação de riscos climáticos nos municípios e o inventário de emissões de gases de efeito estufa, destacando as metas de redução de emissões e a

necessidade de instrumentos de compensação, reforçando a conexão com a proposta de ampliação do PSA. Ao final da apresentação, o Sr. Jorge Mercanti agradeceu aos palestrantes e abriu espaço para manifestações dos participantes. Durante as discussões, foram realizados questionamentos relacionados à operacionalização do PSA, à ampliação do instrumento para outros setores, incluindo o industrial e aos desafios associados ao monitoramento e à sustentabilidade financeira do programa. Em resposta, os palestrantes reforçaram que o município se encontra em fase de ampliação do diálogo com diferentes setores, dando ênfase a importância da participação dos Comitês PCJ nesse processo. Por fim, foi reiterado o convite para participação em workshop a ser realizado pelo município, com o objetivo de aprofundar as discussões e consolidar propostas para a região. **6. Apresentação sobre Capacitação dos membros dos Comitês PCJ: Critérios e metas – SE/PCJ:** O Sr. Jorge Mercanti, passou a palavra a Sra. Raquel Quirino, da equipe de apoio da Secretaria Executiva dos Comitês PCJ, explicou que sua fala tinha como objetivo apresentar os critérios e metas anuais de capacitação dos membros. Trouxe uma breve contextualização sobre o papel dos Comitês PCJ e sobre a relevância da capacitação, destacando a importância do preparo contínuo diante da diversidade e complexidade dos temas tratados nas Câmaras Técnicas, visando qualificar a participação, reduzir assimetrias de conhecimento, fortalecer o embasamento técnico das decisões e possibilitar a integração entre teoria e a prática. A institucionalização do tema se dá com a aprovação e implementação do Plano de Capacitação dos Comitês PCJ, instrumento orientador das ações de capacitação, elaborado em 2021, inicialmente para atender a uma exigência do Programa Nacional de Fortalecimento de Comitês de Bacias Hidrográficas (PROCOMITÊS), da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA). O plano possui um horizonte de atuação de 5 anos, cuja versão mais recente foi aprovada pela [Deliberação dos Comitês PCJ nº 531/25](#), com vigência até 2030. Além de estar alinhado com instrumentos internos como Plano de Bacias e a Política de Educação Ambiental dos Comitês PCJ, o plano também atende aos critérios da [Deliberação CRH nº 248](#), de 18/02/21, que estabelece a metodologia de

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91(CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CT-INDÚSTRIA: CÂMARA TÉCNICA DE USO E CONSERVAÇÃO DA ÁGUA NA INDÚSTRIA

Ata da 110ª Reunião Ordinária da CT-Indústria – 08/04/2026 - 9h00

Reunião por videoconferência – *Google Meet*

distribuição dos recursos financeiros do Fundo Estadual de Recursos Hídricos (FEHIDRO), oriundos da Compensação Financeira pelo Uso de Recursos Hídricos para fins de Geração de Energia Elétrica (CFURH). Ressaltou que a capacitação corresponde a 25% da pontuação dos indicadores utilizados na distribuição dos recursos, sendo necessário capacitar mais de 50% dos membros anualmente para obtenção da pontuação máxima. Com relação aos cursos, orientou que sejam realizados dentro das temáticas de meio ambiente e recursos hídricos, dentro do ano vigente (2026), incluindo cursos técnicos, especializações, cursos online e participação em eventos, palestras e workshops, independentemente de serem promovidos ou não pelos Comitês PCJ. Citou como exemplo os cursos do Sistema Integrado de Gerenciamento de Recursos Hídricos do Estado de São Paulo ([Capacita-SigRH](#)), bem como o portal de capacitação da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA), cujo catálogo de cursos está incorporado à plataforma da Escola Virtual de Governo ([EV.G](#)). Destacou que o processo de capacitação é contínuo, ocorrendo também no âmbito das reuniões das Câmaras Técnicas, plenárias e grupos de trabalho. Complementarmente, orientou que os certificados devem ser encaminhados ao [e-mail](#) da Secretaria Executiva, sendo fundamentais para o registro e acompanhamento das metas do Plano de Capacitação dos Comitês PCJ, bem como do indicador 2 previsto na Deliberação CRH nº 248/2021. Por fim, reforçou o papel dos membros na busca por formação contínua e no envio dos comprovantes, contribuindo diretamente para o desempenho institucional dos Comitês PCJ e para a ampliação do acesso aos recursos financeiros. **7. Aprovação de novo membro:** Em conformidade com o Regimento Geral das Câmaras Técnicas, aprovado pela [Deliberação dos Comitês PCJ nº 362/21](#), entidades podem se tornar membros das Câmaras Técnicas a qualquer momento, desde que sua entrada seja analisada e aprovada pelos membros da CT, caso a solicitação ocorra fora do período de renovação. Assim, a Sra. Rebeca Silva, da Equipe de Apoio às Câmaras Técnicas da Secretaria Executiva dos Comitês PCJ (SE/PCJ), informou sobre o recebimento de ofício pela SE/PCJ em 24/03/26, solicitando a inclusão do: [Departamento de Água e Esgoto de Santa Bárbara](#)

[d'Oeste \(DAE Santa Bárbara d'Oeste\)](#), tendo como representante titular o Sr. Flamarion Stefano Cabral e como representante suplente o Sr. Neyron Luiz Rodrigues Cruz. Dessa forma, o Sr. Jorge submeteu aos membros para aprovação da inclusão da entidade como novo membro, sendo aprovada por unanimidade. **8. Informes:** Dando seguimento a pauta, o Sr. Jorge deu início aos informes. **8.1. da Coordenação:** O Sr. Jorge informou que a coordenação da CT-Indústria, não possuía informes para esta reunião; **8.2. dos Membros:** O Sr. Jorge questionou os membros sobre informes e não havendo manifestações, deu continuidade para os informes da Secretaria Executiva; **8.3. da Secretaria Executiva dos Comitês PCJ:** A Sra. Rebeca Silva, da Equipe de Apoio às Câmaras Técnicas da Secretaria Executiva dos Comitês PCJ (SE/PCJ), deu início aos informes da SE/PCJ, sendo: **a) Alteração dos representantes dos membros:** A Sra. Rebeca, informou que a SE/PCJ recebeu solicitação do respectivo membro: **i. Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (SABESP):** Indicação da Sra. Amanda dos Reis Teixeira como representante titular em substituição a Sra. Ane Caroline Grisolio Machion e inclusão da Sra. Caroline Ferreira dos Santos como representante suplente; **ii. Consórcio PCJ:** Indicação dos Srs. Aguinaldo Brito Jr. e Mariane Alves de Godoy Leme como representantes suplentes. Como trata-se de alterações de entidades que já fazem parte da CT-Indústria, é passado aos membros como informe, apenas para ciência; **b) Próxima reunião da CT-Indústria:** Por fim, informou que a próxima Reunião Ordinária da CT-Indústria, está prevista para o dia 10/06/26 às 09h30, presencialmente na Replan em Paulínia/SP. **9. Outros assuntos:** O Sr. Jorge agradeceu a presença e participação dos integrantes da 3ª edição do movimento “Jovem, vem para o PCJ”, Srs. Miguel Antunes Santos e Ruan Pablo Vanin Alburguetti, ambos representantes do Consórcio PCJ. **10. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, o Sr. Jorge Antônio Mercanti, coordenador da Câmara Técnica de Uso e Conservação da Água na Indústria (CT-Indústria) dos Comitês PCJ, agradeceu a presença dos membros, e deu por encerrada a reunião.

Jorge Antônio Mercanti
Coordenador da CT-Indústria